

CENSO GIFE 2020

infográfico 2

DEFESA DE DIREITOS, PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E INCIDÊNCIA PÚBLICA NO CAMPO DO ISP

Para que tenhamos uma sociedade justa e equitativa é essencial que a população em geral e, em especial, os grupos sociais mais vulneráveis e historicamente marginalizados tenham seus direitos sociais, políticos e econômicos garantidos. A incidência em políticas públicas e a existência de espaços de participação para acompanhamento das ações governamentais são necessárias para que esses direitos sejam garantidos e ampliados. Ao mesmo tempo, a sustentabilidade e o fortalecimento da nossa democracia passa pela existência de um espaço de atuação saudável e seguro para as organizações da sociedade civil.

Dessa forma, é importante investigar como o Investimento Social Privado (ISP) tem contribuído para o controle social na atuação de governos e órgãos públicos e atuado em prol dos processos democráticos e da garantia de direitos. O ISP também pode usar suas capacidades para ações de articulação e *advocacy*, influenciando políticas públicas de ações afirmativas, combate às desigualdades e fortalecimento da cultura democrática. Portanto, este infográfico busca traçar um panorama geral sobre como o ISP tem atuado em prol da defesa de direitos e da democracia, sua relação com estratégias de *advocacy* e sua percepção sobre o ambiente de atuação existente para as organizações da sociedade civil.

1

Atuação dos investidores sociais em Defesa de Direitos e Democracia

NÃO HOUVE MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA QUANTIDADE DE ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM COM A TEMÁTICA DE DEFESA DE DIREITOS, CULTURA DE PAZ E DEMOCRACIA ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2020

48% das organizações atuam na área temática *Defesa de direitos, cultura de paz e democracia*



A MAIOR PARTE DAS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAVAM NO TEMA DEFESA DE DIREITOS, CULTURA DE PAZ E DEMOCRACIA NÃO INTERROMPEU SUA ATUAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

Entre os diferentes perfis de investidores sociais, atuam na área de Defesa de direitos, cultura de paz e democracia:



As organizações que apoiam projetos de terceiros atuam mais na área de *Defesa de direitos, cultura de paz e democracia* do que aquelas que desenvolvem seus próprios projetos:

67% dos essencialmente financiadores atuam na área em comparação com 51% dos essencialmente executores de projetos próprios

Proporcionalmente, é maior a concentração de organizações que atuam na temática *Defesa de direitos, cultura de paz e democracia* entre aquelas com maiores orçamentos:

64% das organizações que possuem orçamento de mais de 50 milhões atuam na área de *Defesa de direitos, cultura de paz e democracia*, enquanto que esse percentual cai para 35% entre os que possuem orçamento de até 6 milhões.

A quantidade de investidores sociais que utilizaram incentivos fiscais via Fundos Municipais dos direitos das crianças e adolescentes em 2020 foi similar ao de 2018 (queda de 0,6 pontos percentuais) e totalizou R\$13,9 milhões. As *Empresas*, que costumam ser os investidores que mais utilizam incentivos fiscais, tiveram a maior redução (com queda de 10 pontos percentuais).



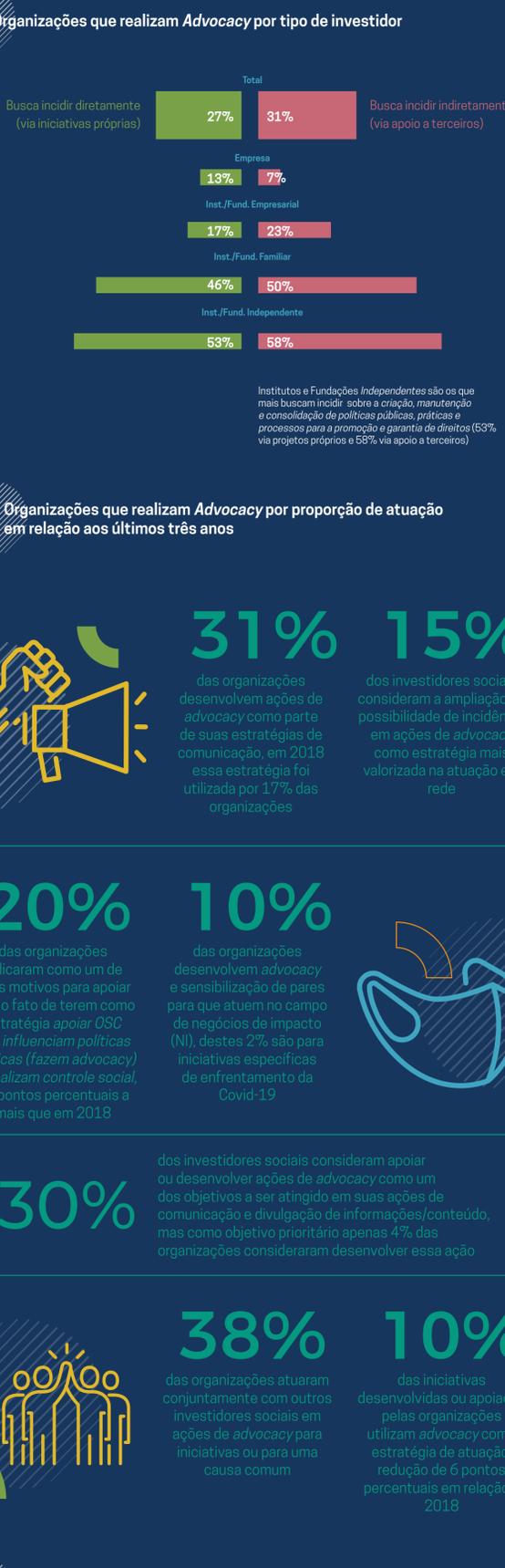
136 INICIATIVAS foram desenvolvidas em 2020 pelos respondentes do Censo GIFE com foco na temática *Defesa de direitos, cultura de paz e democracia* (13% das 1015 iniciativas mapeadas)

AS INICIATIVAS SOBRE DEFESA DE DIREITOS, CULTURA DE PAZ E DEMOCRACIA TÊM COMO PRINCIPAIS PÚBLICOS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) (47%), MULHERES OU MENINAS (46%), E JOVENS DE 18 A 29 ANOS (43%)

Apenas 28% das iniciativas de *Defesa de direitos, cultura de paz e democracia* possuem foco em *Negros/afrodescendentes* e 21% em *Indígenas*

5% das iniciativas de causas dos investidores sociais (em qualquer tema) têm como foco *Ativistas de causas diversas/ defensores de direitos humanos*, sendo que 15% das iniciativas de *Defesa de direitos, cultura de paz e democracia* tem como público *Ativistas de causas diversas/ defensores de direitos humanos*

Iniciativas de Defesa de direitos, cultura de paz e democracia por principais públicos-foco



2

Atuação em advocacy

Ações de *advocacy* ou incidência pública são aquelas voltadas a adotar, defender ou promover uma causa junto ao poder público (no âmbito do legislativo, executivo ou judiciário) ou também pela promoção dessa causa junto à opinião pública. Tais atividades geralmente são direcionadas a assegurar direitos de públicos específicos.

Para saber mais sobre *Advocacy* acesse: <https://diretrizes-de-advocacy.gife.org.br/advocacy-no-gife/>



34% DOS INVESTIDORES SOCIAIS ADOTAM AÇÕES DE ADVOCACY COMO ESTRATÉGIA PARA INFLUENCIAR POLÍTICAS PÚBLICAS OU APOIAM TERCEIROS QUE O FAÇAM, 12 PONTOS PERCENTUAIS A MAIS QUE EM 2018

Organizações que realizam Advocacy por tipo de investidor



Institutos e Fundações *Independentes* são os que mais buscam incidir sobre a criação, manutenção e consolidação de políticas públicas, práticas e processos para a promoção e garantia de direitos (53% via projetos próprios e 58% via apoio a terceiros)

Organizações que realizam Advocacy por proporção de atuação em relação aos últimos três anos

31% das organizações desenvolvem ações de *advocacy* como parte de suas estratégias de comunicação, em 2018 essa estratégia foi utilizada por 17% das organizações

15% dos investidores sociais consideram a ampliação da possibilidade de incidência em ações de *advocacy* como estratégia mais valorizada na atuação em rede

20% das organizações indicaram como um de seus motivos para apoiar OSC o fato de terem como estratégia apoiar OSC que influenciam políticas públicas (fazem advocacy) ou realizam controle social, 10 pontos percentuais a mais que em 2018

10% das organizações desenvolvem *advocacy* e sensibilização de pares para que atuem no campo de negócios de impacto (NI), destes 2% são para iniciativas específicas de enfrentamento da Covid-19



30% dos investidores sociais consideram apoiar ou desenvolver ações de *advocacy* como um dos objetivos a ser atingido em suas ações de comunicação e divulgação de informações/conteúdo, mas como objetivo prioritário apenas 4% das organizações consideraram desenvolver essa ação

38% das organizações atuaram conjuntamente com outros investidores sociais em ações de *advocacy* para iniciativas ou para uma causa comum

10% das iniciativas desenvolvidas ou apoiadas pelas organizações utilizam *advocacy* como estratégia de atuação, redução de 6 pontos percentuais em relação a 2018

Organizações por atuação conjunta com outros investidores sociais em ações de advocacy

Das 38% das organizações que atuam de forma colaborativa com outros investidores sociais em ações de *advocacy*, 14% o fizeram em iniciativas específicas de enfrentamento a COVID-19.

58% das organizações classificaram *subsidiar a interlocução com o poder público* como objetivo muito importante ou importante para avaliar suas iniciativas, sendo que 5% consideram esse objetivo como prioritário

Organizações por grau de importância do objetivo de subsidiar a interlocução com o poder público para influenciar políticas públicas (advocacy)

*A somatória do gráfico pode não ser 100% devido a arredondamentos.

3

Atuação em espaços de participação em políticas públicas

37% das organizações têm representatividade formal em instâncias participativas de gestão, monitoramento e implementação de políticas públicas

AS ORGANIZAÇÕES PARTICIPAM REPRESENTATIVAMENTE DE INSTÂNCIAS REPRESENTATIVAS FORMAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As organizações integram também instâncias participativas de gestão, monitoramento e implementação de políticas públicas relacionadas a políticas de Juventude (11%), Meio ambiente (11%) e Educação (10%).

Destaca-se a baixa participação em instâncias relacionadas a *povos indígenas, mulheres e público LGBTQIA+*, todos com participação de apenas 1% das organizações. A situação é ainda mais crítica no tema de *igualdade racial*, em que não há participação de investidores sociais.

Organizações que integram instâncias participativas de gestão, monitoramento e implementação de políticas públicas

Nas políticas públicas para Criança e adolescente, Juventude, Meio ambiente, Educação e Desenvolvimento econômico, emprego e renda destaca-se a participação em instâncias representativas municipais

Nas políticas públicas para Pessoa com deficiência, Idoso e Saúde a proporção de participação entre os entes federativos é semelhante